



GT 69. Práticas, políticas e discursos no campo da saúde mental

Coordenador(es):

Érica Quinaglia Silva (UNB - Universidade de Brasília)

Sônia Weidner Maluf (UFPB - Universidade Federal da Paraíba)

Sessão 1

Debatedor/a: Ana Paula Müller de Andrade (Universidade Estadual do Centro Oeste -UNICENTRO)

Este Grupo de Trabalho (GT) visa a reunir pesquisas que abordem práticas, políticas e discursos no campo da saúde mental. A proposta comporta, de um lado, abordagens das práticas de autoatenção e cuidado, itinerários, agenciamentos sociais, saberes locais e/ou tradicionais como estratégias de sujeitos e coletividades para vivenciar e agenciar o processo de saúde-adoecimento mental; e, de outro, políticas públicas e ações do Estado, processos de institucionalização e/ou desinstitucionalização, redes de atendimento, políticas pretensamente universais e seus mecanismos discricionários nos modos desiguais de distribuição de direitos, incluindo as mudanças na política nacional de saúde mental e de álcool e outras drogas desencadeadas desde 2016. Assim, etnografias do Estado e das políticas públicas, em serviços de saúde mental e instituições psiquiátricas, sobre itinerários, histórias de vida, práticas de usuários, familiares e profissionais da saúde são alguns temas previstos. Gênero e sexualidade, raça, classe, etnia, geração e deficiência são alguns dos marcadores sociais que serão considerados nas discussões do GT. A intenção é proporcionar a interlocução entre trabalhos que apresentem reflexões baseadas em pesquisas e/ou experiências que contribuam para a ampliação da compreensão das questões atinentes aos processos de sofrimento, aflição, perturbação e/ou adoecimento no campo em questão, suas práticas, políticas e discursos a partir de um olhar antropológico.

Sujeitos, histórias e doenças no campo da saúde mental: notas para uma antropologia do diagnóstico

Autoria: Fernando José Ciello (UFRR - Universidade Federal de Roraima)

O presente work busca contribuir para o pensamento de uma ?antropologia do diagnóstico?, apresentando, para tanto, discussões originadas em uma pesquisa com sujeitos de uma Clínica-dia para tratamento de ?transtornos mentais?. Busco pensar criticamente a ideia de diagnóstico, resgatando alguns possíveis eixos analíticos a partir desta experiência etnográfica: a relação entre diagnósticos, práticas biomédicas e instâncias reguladoras metadisciplinares; o diagnóstico como categoria vivida e agenciada pelos sujeitos e não somente como um nexos isolado de outras relações na experiência do tratamento psiquiátrico e; por fim, também, o diagnóstico como prática e performance atrelada aos movimentos e elaborações particulares à cada contexto. Minha experiência de pesquisa tem indicado que mais do que categorias bem delimitadas, diagnósticos são constantemente torcidos, pensados, questionados na vida cotidiana de processos terapêuticos, atendendo à diferentes relações que são estabelecidas entre os sujeitos e suas diferentes experiências e histórias dentro e fora do tratamento. Na Clínica-dia com a qual pesquisei, especialmente, a circulação de diferentes categorias diagnósticas, não necessariamente associadas com explicações biomédicas, aponta ainda para os modos como as categorias têm uma vida para além das instâncias que regulam a constituição de categorias psicopatológicas. Ao fim, portanto, me interesso pelo que pode haver de inconcreto e inacabado nas categorias diagnósticas, pensando-as tanto como ?princípios de transformação e continuidade? (ZEA, 2013) ? de onde emergem não só processos classificatórios, mas também potentes relações de negação e transformação destas classificações ? quanto ?códigos discursivos? (CSORDAS, 2013)



? reiterando a circulação destas categorias e classificações em diferentes planos e arranjos sociais. Uma reflexão sobre estas relações e atravessamentos parece poder contribuir para o estudo dos processos experienciais e também dos modos de agência em saúde mental, indicando ainda mais uma vez os modos criativos por meio dos quais histórias, doenças e diagnósticos podem (des)enlaçar-se. Por fim, tais processos indicam, ainda, a necessidade de pensar antropologicamente o terreno das práticas e categorias diagnósticas ? reconhecendo o modo como tais categorias aparecem em relações e também a necessidade de engajamento da antropologia com esta reflexão.

[Trabalho completo](#)



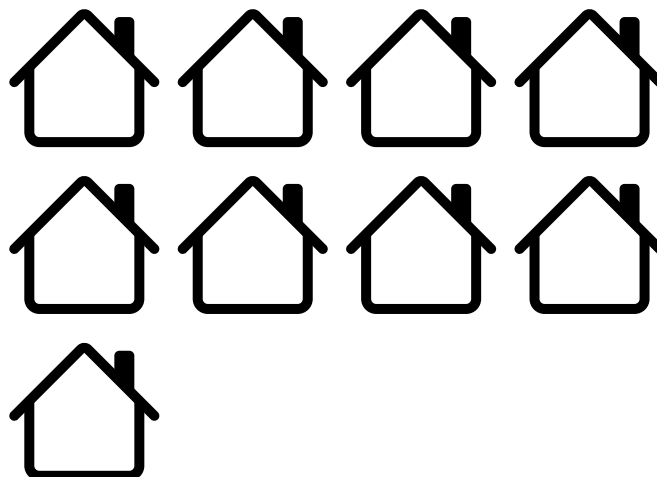
Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: